

## RECENSÃO

### Uma recente introdução ao novo testamento

**MARGUERAT, Daniel (org.). Novo Testamento: história, escritura e teologia. São Paulo: Loyola, 2009. 23x16cm. 654p. ISBN 978-85-15-03627-1**

Esta obra, organizada por Daniel Marguerat (Faculdade de Teologia Protestante de Lausanne), com a colaboração de biblistas de diversas confissões cristãs, apresenta uma visão global, o meio histórico de produção, as fontes e tradições, a composição literária, os principais temas teológicos, eventualmente a história dos efeitos e as perspectivas novas em torno de cada livro do Novo Testamento. Intitulada *Introduction au Nouveau Testament* (Genebra: Labor et fides, 2000) a obra foi a primeira introdução abrangente ao Novo Testamento, em francês, depois da conhecida *Introduction à la Bible* de A. George e P. Grelot, de 1976-1977. A tradução oferecida pela Ed. Loyola, baseada na 3ª edição francesa (2004; mas houve uma edição ampliada depois!), vem completar, sem substituí-las, a obra clássica de W.G. Kümmel (*Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1982) e a introdução mais recente de R.E. Brown (*Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004).

A obra não visa tanto à exaustividade (como a de Kümmel) quanto ao método. Trata-se não de uma enciclopédia, mas de um *manual*: “não diz tudo, mas seleciona e hierarquiza a informação útil; garante a compreensão coerente no campo da literatura neotestamentária, explica as questões em debate e faz o inventário das principais hipóteses formuladas [...]; procura a síntese” (Marguerat, prefácio, p. 9).

A primeira parte trata dos evangelhos sinópticos e dos Atos dos Apóstolos. No primeiro capítulo, D. Marguerat expõe com grande clareza a questão sinóptica, sugerindo como opção preferencial a teoria das “duas fontes” (Mc e Q), eventualmente completada em vista das possíveis recensões sucessivas (p. 35). Valioso é também seu tratamento da narratividade, “indício da encarnação” (p. 39). Conclui que “o evangelho nasce de um programa teológico sem igual: manifestar a identidade do Crucificado e do Ressuscitado, a identidade do homem de Nazaré e do Senhor vivo” (p. 41). A narração está em função da intenção querigmática: a vida do galileu cercado dos seus discípulos “contada como o momento decisivo da história do mundo” (ibid.).

No capítulo 2, Corina Combet-Galland apresenta Mc. Falando do gênero literário, aprofunda o termo “evangelho”, anúncio que se encarna na vida de Jesus (p. 46). “A vida e a morte de Jesus contadas [...] adquirem valor de relato fundador” (p. 47). Apresenta a estrutura sob diversos ângulos (espaço, relação entre as pessoas, desenvolvimento do drama), analisando a seguir o fio das sequências. Quanto às circunstân-

cias históricas comenta as diversas hipóteses em torno da autoria, não esquecendo a questão dos “paulinismos” em Marcos (p. 60). Inclina-se para uma datação antes do ano 70, porque as descrições das catástrofes em Mc 13 são menos nítidas e pontuais que, por exemplo, em Mateus, podendo ser atribuídas ao gênero apocalíptico em geral (p. 62). Mc 13 inverte o gênero literário apocalíptico: “em vez de reservar uma revelação para alguns iniciados lança-os na confusão dos acontecimentos da história” (p. 65). Não falta, evidentemente, o “segredo messiânico” e a visão do trabalho teológico-literário de Mc. Uma observação interessante sobre a parcimônia de Mc quanto às palavras de Jesus: as parábolas “parecem não tanto comunicar um ensinamento quanto fazer refletir sobre o ensinamento” (p. 68). A visão teológica é exposta com sensibilidade feminina, atenta aos detalhes: sinais da alteridade de Deus, os rompimentos inicial (os céus rasgados no batismo) e final (a cortina do Templo rasgada), o corpo, o olhar, a nudez.

Igualmente valiosas são as introduções a Mateus (cap. 3, E. Cuvillier) e a Lucas-Atos (caps. 4 e 5, D. Marguerat), que completam a primeira parte da obra.

A segunda parte é dedicada primeiramente à literatura paulina, tratada em quatro subseções: a literatura paulina (cronologia, *corpus paulinum*), as epístolas propriamente paulinas (Rm, 1-2Cor, Gl, Fl, 1Ts, Fm), as deuteropaulinas (Cl, Ef, 2Ts), as pastorais (1-2Tm, Tt), e Hebreus.

Falando do *corpus paulinum*, François Vouga dedica peculiar atenção à constituição do cânon e ao gênero epistolar das cartas paulinas. Uma surpresa é a semelhança entre a 1Ts e as cartas sinagogaís helenísticas; nas cartas seguintes, Paulo “inventou uma nova forma epistolar, a carta apostólica” (p. 98-99).

A carta aos Romanos recebe uma atenção especial, e competente. Tratando a “intenção teológica”, F. Vouga explica a questão do conhecimento natural de Deus em a ligação com o estoicismo e sua visão do mundo e da sociedade (p. 222-224), mas o peso está naturalmente na “revelação da justiça de Deus” (p. 224-230). O autor explica bem a relação Lei/fé, com uma interessante ressalva quanta à interpretação luterana da Lei como “mérito” (p. 227). A 1Cor é tratada com a mesma competência. Quanto à unidade literária, o autor, sem se pronunciar definitivamente, favorece a hipótese da unidade, menos quanto à interpolação 14,33b-36. Tratando da teologia, observa que “a loucura da pregação da cruz funda o mesmo universalismo que a justificação pela fé” (p. 252). Vale também, sobretudo para nosso ambiente, a interpretação “cristôno-ma” (neologismo meu) da liberdade (p. 252-253). É percebida a relação entre a proclamação apocalíptica e o tema da criação em 1Cor 15, em torno da ressurreição (p. 253-255). Nas páginas consagradas a Gálatas destaca-se “a Lei na epístola aos Gálatas” (p. 291-292). Tratando de Filipenses, Vouga parece apoiar a leitura da carta como unidade (p. 303).

As cartas deuteropaulinas são tratadas por Andreas Dettwiler. Valoriza o caráter muito paulino de Cl, chamando-a “a segunda presença de Paulo após a morte do apóstolo” (segundo H.D. Betz, p. 339). Dedicar atenção ao problema complexo da “filo-

sofia” colossense (p. 347), pano de fundo para compreender a cristologia. Se Cl é pós-paulina, muito mais Ef, que se inspirou daquela (p. 357). Diferentemente de Cl, o pano de fundo parece ser a gnose (p. 368), mas não só. O tema teológico central é a Igreja (p. 370).

Yann Redalié trata as cartas pastorais *sub capite uno*, esfumando a diferença entre 1Tm e Tt por um lado e 2Tm por outro. A carta aos Hebreus é introduzida por F. Vouga, dando indicações básicas para temas como Melquisedec, o sumo sacerdócio escatológico e a metáfora do Templo.

Na parte III, “a tradição joanina”, o evangelho e as cartas ficaram por conta de Jean Zumstein. Na questão do evangelho joanino e os sinópticos, acentua as diferenças, apesar do gênero literário comum. Quanto à estrutura, propõe a divisão em o livro dos sinais (Jo 1–12, admitindo a inversão dos caps. 4 e 5) e o livro da glória (Jo 13–20), contando o cap. 21 como apêndice. Aponta também os indícios do complexo processo de composição e o pano de fundo múltiplo, excluindo-se, porém, uma origem gnóstica, apesar das ulteriores leituras gnósticas feitas dos textos joaninos. Apoiar a hipótese de uma “escola joanina”, na Síria ou na Ásia Menor (p. 460–461 traz um excuro sobre a atribuição a João filho de Zebedeu). Ressalta a cristologia da encarnação e do enviado. Na 1Jo, Zumstein reconhece um processo de composição a partir de temas diversos da escola joanina, porém unitário (p. 475–476). O contexto histórico não é o mesmo que o do evangelho; enquanto este se defronta com a questão da sinagoga, o da carta – posterior ao evangelho – é o da crise interna na igreja joanina, talvez no contexto de um emergente gnosticismo (p. 482–483).

O Apocalipse é tratado por Élian Cuvellier. Divide o Ap em três partes: as cartas às igrejas (Ap 1–3) e duas séries de visões (4–11 e 12–22). Com razão ressalta a *Wirkungsgeschichte* (história dos efeitos) como campo importante na pesquisa em torno do Ap (p. 511).

A quarta parte apresenta as epístolas católicas (menos as joaninas). A carta de Tiago é tratada por F. Vouga, cujo amplo comentário de 1984 já foi publicado pela Ed. Loyola (*A Carta de Tiago*, 1996). Como temas teológicos aborda a questão de fé e obras em Tiago e Paulo e o cristianismo dos pobres. As epístolas de Pedro e de Judas são tratadas por Jacques Schlosser, que também compara devidamente a 2Pd com Jd.

A quinta parte, a “história do cânon”, é elaborada por Jean-Daniel Kaestli. O tratamento é muito equilibrado. Valoriza o peso relativo do documento de Muratori e dos testemunhos de Papias. Vê o “estopim” da questão em Marcião: “o cânon de Marcião precedeu o da Igreja” (p. 580). Porém, os elementos da questão já existiam antes. Daí: “A iniciativa de Marcião não foi, portanto, a causa primeira da criação do cânon, mas sem dúvida contribuiu para acelerar o processo” (ibid.). Trata ainda de Justino e Taciano e da questão do evangelho quadriforme. De modo especial em torno das cartas paulinas surge a questão: “de um auditório particular para a Igreja universal” (p. 585). Um parágrafo especial é dedicado à evolução peculiar nas igrejas da Síria.

A última parte é da mão de Roselyne Dupont-Roc e trata de maneira clara e competente da crítica textual, o que certamente será uma boa ajuda para explicar aos alunos esta questão aparentemente “inútil para a santidade”, mas fundamental para o estudo!

No fim há um glossário e um índice de nomes e termos. A bibliografia, bastante internacional, atualizada na 3ª ed. francesa de 2004 (p. 12), foi retomada tal qual, sem complementação brasileira ou latino-americana. A tradução é esmerada quanto à língua portuguesa, mas nem sempre tecnicamente adequada. Em alguns casos o insuficiente acompanhamento técnico causou verdadeiros erros (“João, o Zebedeu” em vez de “João, o Zebedaide”, p. 460 etc.; “testemunhos do texto” em vez de “testemunhas do texto”, p. 612 etc.). Também a revisão dos nomes próprios estrangeiros, sobretudo nas notas, deixa a desejar.

Esperemos que numa eventual nova edição esses senões sejam eliminados por uma cuidadosa revisão e que, além das atualizações da nova edição francesa, seja incorporada também uma bibliografia latino-americana. Aconselho também que para este tipo de livro – um manual que deveria estar na mão de todos os estudantes de teologia – se use uma execução gráfica mais simples, para reduzir o número de páginas, que supera de longe o da edição francesa. Poder-se-iam manter no texto as tradicionais abreviaturas bíblicas (“v.” em vez de “versículo” etc.), e o corpo da letra não precisava ser tão generoso, sobretudo não nas listas bibliográficas.

*Johan Konings*  
Faje – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia  
Av. Dr. Cristiano Guimarães 2127  
31720-300 Belo Horizonte, MG – Brasil  
<konings@faculdadejesuita.edu.br>